

**UNIVERSIDADE E CIÊNCIA: UMA LEITURA COM BASE NA
RACIONALIDADE COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS**

**UNIVERSITY AND SCIENCE: A READING BASED ON
COMMUNICATIVE RATIONALITY BY JÜRGEN HABERMAS**

**UNIVERSIDAD Y CIENCIA: UNA LECTURA BASADA EN LA
RACIONALIDAD COMUNICATIVA DE JÜRGEN HABERMAS**

Tércio Inácio Jung¹
José Pedro Boufleuer²

Resumo

O presente artigo situa a Universidade e a Ciência em seus vínculos para com a sociedade face os desafios que a ela se colocam num contexto de rápidas e profundas transformações, impactadas e agravadas, agora, pela pandemia do coronavírus. Sob o horizonte do projeto filosófico da *Teoria do Agir Comunicativo* de Jürgen Habermas, e de uma indicação pontual de uma *Ideia de Universidade*, o artigo sustenta uma concepção de Universidade e, em seu âmbito, do fazer da Ciência, como orientados, fundamentalmente, à comunicação intersubjetiva. Sob essa premissa, essa instituição assume suas funções educativas voltadas à reprodução e renovação das tradições, ao estabelecimento das solidariedades sociais e à socialização das novas gerações mediante o desenvolvimento, também, das identidades pessoais. A perspectiva habermasiana permite, por sua vez, pensar a Universidade e a Ciência em seu compromisso social, conduzindo, também, a uma discussão fecunda quanto aos seus processos e pressupostos administrativos, pedagógicos, epistemológicos e vínculos para com o mundo comum. Intencionados em fomentar um diálogo crítico-reflexivo, o escrito, (i) contextualiza a Universidade e o seu fazer científico em seus vínculos com a sociedade, (ii) configura o tema da racionalidade e, em seu âmbito, o espectro do projeto habermasiano, (iii) apresenta as linhas gerais da *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas e (iv) com base em sua *Ideia de Universidade* (e Ciência), (v) sustenta o caráter comunicativo-social do fazer da Ciência e do agir da Universidade.

Palavras-chave: Universidade e sociedade; Racionalidade e conhecimento; Ideia de Universidade; Teoria do Agir Comunicativo.

Abstract

This article situates the University and Science in their links to society in the face of the challenges that it faces in a context of rapid and profound transformations, impacted and aggravated, now, by the coronavirus pandemic. Under the horizon of the philosophical project of the Theory of Communicative Acting by Jürgen Habermas, and of a specific indication of a University Idea, the article supports a conception of University and, in its scope, of making Science, as oriented, fundamentally, to intersubjective communication. Under this premise, this institution assumes its educational functions

1 Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5872-4579>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8085825721451941>. E-mail: tercio.jung@ufsm.br

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3926-5164>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0716582715601931>. E-mail: josepbou@unijui.edu.br

aimed at the reproduction and renewal of traditions, the establishment of social solidarities and the socialization of new generations through the development, also, of personal identities. The Habermasian perspective allows, in turn, to think the University and Science in their social commitment, leading, also, to a fruitful discussion about their administrative, pedagogical, epistemological processes and assumptions and links with the common world. Intended to foster a critical-reflective dialogue, writing, (i) contextualizes the University and its scientific practice in its links with society, (ii) configures the theme of rationality and, in its scope, the spectrum of the Habermas project, (iii) presents the general lines of Habermas Theory of Communicative Action and (iv) based on his Idea of University (and Science), (v) sustains the communicative-social character of making Science and acting at the University.

Keywords: University and society; Rationality and knowledge; University idea; Theory of Communicative Acting.

Resumen

Este artículo sitúa a la Universidad y La Ciencia en sus vínculos con la sociedad frente a los desafíos que se colocan en un contexto de cambios rápidos y profundos, impactados y agravados, ahora, por la pandemia de coronavirus. Bajo el horizonte del proyecto filosófico de la Teoría de la actuación comunicativa de Jürgen Habermas, y de una indicación específica de una idea universitaria, el artículo apoya una concepción de la universidad y, en su ámbito, de hacer que la ciencia, como orientada, fundamentalmente, a Comunicación intersubjetiva. Bajo esta premisa, esta institución asume sus funciones educativas dirigidas a la reproducción y renovación de tradiciones, el establecimiento de solidaridades sociales y la socialización de las nuevas generaciones a través del desarrollo, también, de identidades personales. La perspectiva habermasiana permite, a su vez, pensar en la Universidad y la Ciencia en su compromiso social, lo que lleva, también, a una discusión fructífera con respecto a sus procesos administrativos, pedagógicos, epistemológicos y suposiciones y vínculos con el mundo común. Con la intención de fomentar un diálogo crítico-reflexivo, la escritura (i) contextualiza la Universidad y su práctica científica en sus vínculos con la sociedad, (ii) configura el tema de la racionalidad y, en su alcance, el espectro del proyecto Habermas, (iii) presenta las líneas generales de la Teoría de la Acción Comunicativa de Habermas y (iv) basado en su Idea de Universidad (y Ciencia), (v) sostiene el carácter comunicativo-social de hacer Ciencia y actuar en la Universidad.

Palabras clave: Universidad y sociedad; Racionalidad y conocimiento; Idea universitaria; Teoría de la actuación comunicativa.

Introdução

Se o debate acerca dos rumos da sociedade já se tornara necessário em função das rápidas e profundas transformações que nos impõem os tempos atuais, a eclosão da pandemia do novo coronavírus, no início do ano de 2020, fez com que esse debate se tornasse absolutamente imprescindível, recolocando, por sua vez, o debate acerca da Universidade. A nova situação não apenas põe a urgência em se conseguir uma vacina para o combate ao novo vírus, mas expõe um conjunto de fragilidades relativas à organização de nossas vidas e que tem trazido complicações adicionais ao combate que se faz necessário. Se, por um lado, nos vimos atingidos em nossa autoimagem de dominadores das forças da natureza, já que dela emergiu um vírus que nos pegou de surpresa e exigiu o refúgio em nossas casas, por outro lado, tivemos que reconhecer que contribuimos para a fragilização de nossas vidas pelo modo como as organizamos, especialmente pelas formas de uso, produção e distribuição dos recursos disponíveis e

gerados. Vimos, assim, que é temerária a tolerância para com as precárias condições de vida (saúde, moradia, renda, educação...) de grande parte dos que habitam o mundo e que, querendo ou não, interagem e compartilham conosco um espaço comum.

Assim, abalados na arrogância que nos tem sido própria e desafiados a fazer um melhor uso de nossas forças criativas, a pergunta sobre a Universidade, sobre a formação que proporciona e sobre a pesquisa que realiza se recolocam, agora, em circunstâncias mais exigentes. Diante do atual quadro de perplexidades, não há como fugir de uma questão que, a princípio, pode ser posta por qualquer um: — E o que a Universidade tem a dizer sobre isso? Mesmo que a questão não venha a ser posta em termos tão genéricos, há, decerto, um conjunto de questões que a ela remetem e que vem sendo postas nestes tempos de pandemia: — Como prevenir e tratar a doença? Até quando vai ter uma vacina? Como lidar com a ansiedade, com a falta de sociabilidade? Como superar o trauma da morte? Como compensar as diversas carências de pais e filhos em quarentena? Como recobrar a dinâmica econômica? O que devemos fazer como sociedade? Como podemos construir sentidos para as nossas vidas?

Propositadamente ampliamos as potenciais indagações para um universo não restrito à pesquisa empírica, como a da produção de uma vacina, por exemplo. Isto porque a Universidade, tal como o próprio nome indica, se refere à universalidade dos saberes, ou, melhor, às diversas dimensões da vida humana expressas pelos âmbitos da cultura, da sociabilidade e das subjetividades. Isso faz com que a Universidade se constitua não apenas em instância indutora relativamente a essas diferentes dimensões, mas, e especialmente, em instância reflexivo-argumentativa acerca delas. Por isso, no momento em que a sociedade é instada a se repensar, a Universidade precisa assumir, junto com ela, essa tarefa reflexivo-prática.

Essa tomada de posição, a de considerar a Universidade em sua tarefa reflexivo-argumentativa, certamente não é consensual e, pelo visto, não tem sido o registro mais expressivo de sua atuação. O seu crescente ajustamento às demandas do “mercado”, tanto no que se refere aos potenciais candidatos aos seus cursos, como no que se refere à constituição de um perfil de egressos cada vez mais ajustado às expectativas de atuação ou de seus potenciais contratantes, tem resultado em formações técnicas restritas e especializadas. Essa tendência tem levado a um desprestígio de cursos em áreas com menos apelo mercadológico e, por consequência, a uma redução drástica na oferta de

seus cursos, como se pode observar na área de humanidades. De outra parte, no afã de atender a um mercado de profissionais dos quais se espera o cumprimento de tarefas técnicas orientadas a resultados pontuais, boa parte dos cursos universitários negligencia uma formação mais abrangente, seja em relação à dinâmica mais ampla da vida social, seja, inclusive, em relação à própria área de formação, sobre cujos pressupostos e impactos já pouco ou nem mais se reflete.

Para todos os efeitos, entendemos que a Universidade e o que ela realiza em termos de formação e pesquisa necessita situar-se nesses seus vínculos para com a sociedade. Atender a demandas suas certamente é importante e constitui uma via fácil de sua justificação. Para além disso, porém, é importante que a Universidade ajude a sociedade a se compreender, a se entender em suas demandas e nas dinâmicas que a movem e condicionam.³ É nessa direção que lhe atribuímos uma tarefa reflexivo-comunicativa, que a projeta para além de uma ação funcional, isto é, para além de simplesmente atender a demandas impostas e circunstanciais.

A intenção do presente artigo é oferecer um aporte teórico que ajude a situar e explicitar a Universidade em sua dinâmica interno-externa, incluindo aí os processos de pesquisa e de formação, na perspectiva de que ela possa estabelecer um vínculo fecundo, de interação “qualificada” e reflexivo-prática para com a sociedade. Recorrendo à teoria crítica de Jürgen Habermas, de modo especial ao que o filósofo explicita como modelos de racionalidade, buscaremos compreender os limites de uma Universidade que se reduz à um operar dentro de uma lógica funcional, isto é, dentro de um modelo de racionalidade estritamente instrumental. De outra parte, com base em sua *Teoria do Agir Comunicativo* (2012a; 2012b), em que o autor explicita um sentido de racionalidade mais abrangente, articulada aos contextos interativos dos diferentes âmbitos do mundo da vida, buscaremos situar a dinâmica da Universidade e da Ciência em sua orientação fundamental à comunicação. Para além de uma reconstrução de elementos fundamentais de sua teoria do agir comunicativo, nos valeremos, de modo especial, de um escrito em que o autor expõe uma *A Ideia de Universidade* (Habermas, 1993b). Com base nesses aportes visualizaremos possíveis desdobramentos para pensar a Universidade em seus processos de formação e de produção do conhecimento, tanto

3 A ideia de que cabe à Universidade diferenciar entre “atender” e “entender” as demandas sociais devemos ao Professor Paulo Fensterseifer, a quem agradecemos essa contribuição.

em função dos sempre novos desafios que a ela se colocam pelas transformações no mundo contemporâneo, como pelas novas questões que a ela se colocam a partir de crises como a da presente pandemia do novo coronavírus.

A propósito da noção de racionalidade e do espectro do projeto habermasiano

A noção de “racionalidade” remete à possibilidade de oferecer “razões” para o que fazemos, o que entendemos ser uma especificidade ou exclusividade de nós humanos. Apelamos para razões para sustentar o que não está autorizado em si, para o que não é propriamente necessário, já que não determinado pela força de uma natureza incontornável. Contrariamente ao que entendemos ocorrer com as demais espécies que, movidas pelos instintos, não podem escolher entre o que fazer ou deixar de fazer, nós humanos precisamos justificar o que fazemos, uma vez que não temos esse sentido certo para as nossas condutas. Nossa civilidade a atribuímos à capacidade de agirmos razoavelmente, ou seja, com base em motivos mais ou menos explícitos para o que fazemos.

Explicitar o modo como articulamos as nossas razões, e de como podemos constituir vida coletiva já não pautada nas inclinações estritamente instintivas, tem sido um dos esforços da filosofia ao longo dos tempos. Não por outro motivo se tem tomado a filosofia como sendo, fundamentalmente, um estudo da razão. Em boa parte da tradição filosófica se acreditava que esse modo humano de apresentar razões se estabelecia a partir de um condicionante “de natureza”, o que remetia a um modo também certo de expressão da racionalidade. Assim, na longa tradição ontológica clássica era a objetividade do mundo, como um dado em si e abarcável pelos humanos, que indicava o uso correto da razão. Mais ou menos racional significava, por isso, mais ou menos em conformidade com uma “natureza” objetiva do mundo. De outra parte, a tradição da filosofia moderna da consciência pressupunha uma espécie de “natureza” própria do modo humano de conhecer pela posse de uma “faculdade da razão”. O grau de racionalidade se estabelecia, por isso, com base na adequação aos princípios lógicos do entendimento no âmbito de uma subjetividade autorreferente. Essa ideia de que há uma ancoragem “de natureza” para o procedimento racional, presente nessas duas tradições, configuraria o que se passou a chamar de tradição metafísica no âmbito da

filosofia, condicionando, por sua vez, o entendimento sobre os limites e as possibilidades do conhecimento humano.

Foram os avanços na compreensão do papel fundamental da linguagem na configuração do mundo humano que permitiram lançar um novo olhar sobre aquelas compreensões acerca do oferecimento de razões, ou seja, acerca do que se pode entender por racionalidade. Compreendendo agora o especificamente humano ao modo de um artifício simbólico, e já não como expressão de uma natureza, sua constituição só é possível pela inserção numa comunidade de linguagem. Assim, humano e mundo humano constituem o operar de imagens mentais estruturadas linguisticamente e compartilhadas intersubjetivamente. Fundam-se, dessa forma, nossos valores, nossas crenças, os regramentos de nossa vida coletiva e, também, o que consideramos serem expressões verdadeiras, corretas ou autênticas no campo do saber ou dos chamados conhecimentos humanos. Com isso a questão do conhecimento e, por óbvio, de toda a ciência, desloca o seu foco das relações sujeito-objeto, para as relações sujeito-sujeito, situando, assim, em novas bases o clássico campo de estudos da epistemologia. A ausência de referências anteriores ao encontro intersubjetivo linguisticamente mediado e que pudesse oferecer algum balizamento para a vida humana, ou do qual pudesse emergir alguma indicação para o proceder racional, resulta numa filosofia que se compreende como não mais metafísica, ou, então, como pós-metafísica.

Importa destacar que essa nova compreensão do modo de “oferecer razões”, ou de tratar do clássico tema da racionalidade, permite um novo grau de reflexividade acerca do fazer humano e, também, um novo patamar de criticidade. Isso porque a razão se depara com um novo tipo de constrangimento que já não provém da objetividade do existente (ontologia) e nem da consciência autorreferente (subjetividade), e, sim, de uma comunidade de interlocutores reais ou virtuais. Enuncia-se, assim, um espaço de discutibilidade crítica, de comunicação, que amplia a reflexividade acerca do fazer humano nos diferentes âmbitos que constituem o *mundo da vida*.

Habermas, acompanhando a guinada linguística no campo da filosofia, reconhece que os diferentes modos de oferecer razões são, em última instância, proposições que se estabelecem no âmbito da linguagem, mesmo que apelem para algum referencial “de natureza”. Configuram, portanto, paradigmas de racionalidade que produziram e continuam produzindo implicações práticas nos diferentes campos do

conhecimento e da ação humana. A compreensão de que a linguagem constitui o *background* da racionalidade estruturante do mundo humano permite, por sua vez, uma reflexividade e crítica mais abrangentes acerca dessas proposições, com a identificação de seu alcance e, especialmente, de seus limites ou consequências patológicas. É nesse diapasão que devemos situar a *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas, bem como sua reflexão especificamente dirigida à Universidade, ao modo de uma “ideia” a orientá-la em sua autocompreensão.

Jürgen Habermas e a proposição de uma *racionalidade comunicativa*

Habermas, em sua *Teoria do Agir Comunicativo* (2012a; 2012b), fomenta uma racionalidade comunicativo-inter subjetiva à medida que percebeu que o *paradigma da filosofia da consciência* (razão centrada no indivíduo) - absolutizado por vários teóricos —apresentava sérias limitações para a adequada compreensão das interações entre os sujeitos e a coordenação de suas ações na sociedade. Por isso, em várias de suas obras, vai propor um tipo de razão mais abrangente, de caráter intersubjetivo, capaz de apreender melhor as diferentes dimensões da vida humana, ao mesmo tempo permitir a reabilitação de sua natureza libertadora e emancipatória, como sustentava a moderna filosofia iluminista. Acreditando que a modernidade é um projeto inacabado, e que a própria razão constitui um conceito com potencial libertador, ele introduz o conceito de *racionalidade comunicativa* em “contraposição” ao de *razão instrumental*, esta mais propriamente orientada para *fins* (tese já apresentada no pensamento weberiano: ação racional com relação a *fins*). A *racionalidade comunicativa* envolve tanto a dimensão pessoal (subjetiva) quanto a dimensão social (interativa/relacional/processual), configurando-se, assim, como movimento de construção de entendimentos entre as pessoas no que se refere a qualquer âmbito de suas vidas.

Habermas teve como projeto de vida (e não só teórico) superar contradições entre métodos *materialistas* (Marx) e *transcendentais*⁴ (Kant) em torno de uma nova teoria crítica da sociedade — para incorporar a teoria social marxista contemplando as posições individualistas da razão crítica — analisando, de um lado, os

4 “[...] em vez de abordar o conhecimento segundo uma razão centrada em um sujeito singular ou numa consciência transcendental, devemos pensar que o sujeito, ao tentar conhecer algo, gira em torno de outros sujeitos, uma vez que o conhecimento racional resulta de um intercâmbio linguístico entre eles.” (Habermas, 2012 a, p. VIII)

movimentos/fluxos entre os fenômenos sócio-estruturais-culturais com os da linguagem e, de outro, a estrutura econômica da sociedade contemporânea com a sociedade enquanto *mundo da vida*.

Assim, procurando fundamentar uma teoria social ampliada (racional e solidária), Habermas busca ir além da *Teoria Crítica* de seus antecessores (Adorno, Horkheimer e Marcuse). Nessa direção, “intuiu” que as mudanças no mundo contemporâneo não podem ocorrer diretamente no campo sociocultural, mas necessitam antes passar pela condição racional e de linguagem do ser humano.

Para além da crítica da *razão instrumental*, já feita pelos mestres frankfurtianos, em especial nos estudos desenvolvidos por Adorno e Horkheimer (1985) na *Dialética do Esclarecimento*, Habermas entende que o sentido de emancipação do sujeito que sempre “é” em sociedade – tal como já problematizado por Marx e, também, por Adorno e Horkheimer – necessita ser refundado a partir de um novo paradigma de racionalidade. Assim, ele identifica o reducionismo cognitivo-instrumental, a que foi submetida a razão moderna, e propõe uma concepção de racionalidade mais ampla, a *racionalidade comunicativa*.

Indo também pelo caminho crítico-reflexivo –sempre interagindo com grandes teóricos e/ou suas teorias –Habermas perceberá que o *fim* até então venerado e considerado a redenção do ser humano, a razão, na forma expressa por boa parte da tradição filosófica, é apenas uma parte da complexa condição “humana sendo humanidade”. “Sendo” no sentido de movimento, de processo, de ação “entre”, do que resulta que o melhor ponto de apoio para uma teoria social seria/é o próprio movimento-processo-interativo entre as pessoas, inevitavelmente, comunicativo (e racional). Nesta linha crítica-propositiva, assevera Habermas: “[...] pois racionalidade tem menos a ver com a posse do conhecimento do que com a maneira pela qual os sujeitos capazes de falar e agir adquirem e empregam o saber” (2012a, p.31).

Habermas partiu do pressuposto de que no mundo contemporâneo requer-se uma reflexão que supere a razão subjetiva para poder enfrentar, adequadamente, o problema da racionalização social. Assim, se a partir de uma perspectiva cognitivo-instrumental a racionalidade pode basear-se na confiabilidade do saber que incorpora e na eficácia nos resultados de alcançar *fins*, já a partir de uma *competência comunicativa*, que tem na linguagem a sua própria realização, a racionalidade será intersubjetiva e cooperativa,

sobretudo em relação à suscetibilidade de críticas ou de reivindicação de sua validade, ou seja, racionalidade sempre aberta e em movimento *interhominis*, por isso capaz de dar “validade” social, inclusive à Ciência/ao conhecimento.

Para o *paradigma da consciência* o sujeito está separado do objeto, mas capta as formas e passa a representá-las mentalmente. Forma-se, assim, o indivíduo racionalista, que é o indivíduo separado da coisa conhecida, possuidor e acumulador de representações mentais internas, das coisas e dos objetos. Entretanto, este paradigma “objetivista”, consolidado com a modernidade, dado o seu reducionismo na apreensão da dinâmica da vida humana, começa, na perspectiva habermasiana, a dar lugar a um paradigma intersubjetivo, qual seja, o da linguagem.

Para Habermas, o *paradigma da filosofia da linguagem* é mais realista e humanamente confiável (inclusive para as ciências), afinal ele só é tal paradigma na medida em que há interação com outros, ações comunicativas que os situam histórica e socialmente, ou seja, situam o “sujeito sendo em sociedade”. Este paradigma baseia-se num conceito de “mundo vivido”, aberto e estruturado cooperativamente, que, por sua vez, está apoiado na prática de uma comunidade de linguagem, isto é, de uma comunidade comunicativa. Pode-se também dizer, aqui, que pela *racionalidade comunicativa* se expressa o fato de que há cidadãos capazes de falar e de agir cooperativamente no *mundo da vida*.

Com a mudança de paradigma é superada a concepção de uma linguagem compreendida como mero instrumento de comunicação da razão, ou seja, como meio de acesso ao mundo das ideias, sede dos conteúdos do pensamento. Por isso, na *racionalidade comunicativa* a linguagem é o próprio *médium* em que a razão se realiza, daí configurar-se como um modelo procedimental, contrariamente ao modelo teleológico característico da *razão instrumental*. Com essa mudança fica evidente que a *razão instrumental* não abarca “o todo social”, e que, por isso, considerá-la como orientadora exclusiva da vida humana resulta em reducionismos e consequências patológicas, incluindo-se aí o próprio “fazer” da Ciência.

Neste sentido, Habermas tematiza criticamente a racionalidade moderna, baseado em autores que o antecederam, como, por exemplo, Lukács, o qual já denuncia que nós apreendemos as relações e vivências sob a forma de coisa, como se fossem apenas parte do mundo objetivo; entretanto, as relações e vivências individuais integram

o mundo social partilhado, ou seja, o *mundo comum*. Isto está/é arraigado de maneira sistemática em nós, afetando nossas estruturas simbólicas, nossa forma de pensar, de coordenar nossas ações, enfim, nossa forma de existir (Habermas, 2012a, p.612).

A dominação do ser humano sobre a natureza, desmantelando sua intenção própria de descobrir “a verdade” (Horkheimer *apud* Habermas, 2012a, p.657), converte-se em dominação do homem sobre o homem, em um mundo administrado em nome da técnica e na promoção de uma sociedade de consumo e de uma indústria cultural que avança sobre todos os domínios da sociedade. E, para Habermas, o diálogo intersubjetivo – a linguagem – é a melhor possibilidade de enfrentamento e de resistência diante de ideologias, políticas e governos pouco preocupados com os rumos do “humano sendo humanidade”⁵.

Enfim, diferentemente de seus colegas da Escola de Frankfurt, os quais adotaram uma posição pessimista perante a *razão instrumental*, Habermas investe numa teoria ampla da sociedade, que engloba a *razão instrumental* (2012a) como necessária, mas que precisa ser superada como modelo exclusivo, de modo a não subjugar a racionalidade da ação e a racionalização social (2012b). Daí a proposição de uma racionalidade que concebe o sujeito como ser social/interativo, ou seja, considera como *pano de fundo* a condição comunicativa/intersubjetiva/social das pessoas que, a partir desta condição, coordenam seus planos de ação no *mundo da vida*.

Mesmo que a busca original de Habermas tenha sido por uma teoria social, ou melhor, uma ciência social voltada para a ação dos sujeitos em sociedade, com validade intersubjetiva, ele acaba fundamentando a necessidade de mudança de paradigma, o que fomenta e fundamenta também os debates a respeito da educação institucionalizada, especialmente, no nosso caso, do *modus faciendi* da Universidade e da própria Ciência.

Habermas e A Ideia da Universidade: Processos de Aprendizagem

Num texto específico de Habermas sobre a Universidade (1993), resultante de uma conferência no Instituto Alemão em Lisboa, no dia 30.03.1987, apesar de usar o conceito de “ideia”, o autor aborda um sentido de Universidade que é extraído do

5 No sentido do *homem* que se define em sua humanidade pela relação com a sociedade (e com a natureza). Ele não é um indivíduo solitário nem um elemento avulso da humanidade em geral, mas um ser também sendo em movimento histórico e social, cujo perfil concreto é definido pelas interações com o outro.

histórico concreto de eventos de um povo em busca contínua por avanços/progressos culturais. É uma ideia que está profundamente enraizada no contexto da luta por reformas dentro da Universidade no cenário da sociedade alemã, com pertinência, entendemos, para pensar a Universidade em diferentes contextos e épocas.

Habermas acredita, firmemente, na importância da contribuição da Universidade para o crescimento cultural e econômico de seu país, bem como para a autocompreensão de seu povo. O autor vê nas estruturas, práticas e processos inerentes à Universidade um espaço aberto, promissor para a integração social e, assim, não contrapõe a cultura com o progresso econômico.

Apesar da pluralidade de cosmovisões e de interesses particulares se proliferarem e competirem por atenção e poder, Habermas considera a Universidade como uma “ágora” que proporciona um contexto mais participativo, onde as pessoas podem discutir e aspirar por processos comunicativos de entendimento cooperativo, ou melhor ainda, por processos sociais-argumentativos.

Por um lado, Habermas prevê o perigo, iminente, na forma unilateral de *racionalidade* (instrumental) que, também, é potencializada na Universidade e na tendência crescente da fragmentação de várias de suas funções. De outra parte, supondo a unidade dessas funções, toma para si a responsabilidade de ser um dos defensores ativos da democratização da Universidade e de sua estreita afinidade com o *mundo da vida*. Opondo-se tanto ao *idealismo*⁶ quanto a tendências conservadoras, bem como à postura apolítica de *reformas*, Habermas zela pela *ação comunicativa* também na academia, entendendo-a a partir de sua inserção social.

Habermas luta em duas frentes na sua crítica à reforma universitária e aos reformadores: uma frente consiste nos *mandarins* de uma perspectiva conservadora que defendem a ideia clássica de uma ideia de *universidade unificadora*. Eles agem como inimigos da modernidade, dispara Habermas, parecendo se apegar a visões ultrapassadas da sociedade e das instituições. Isso o leva a outra frente, ou melhor, a aderir a algumas das visões funcionalistas que consideram tanto o Ensino Superior quanto a pesquisa em função de imposições externas, embora não concordando com o funcionalismo generalizado.

6 Se refere à compreensão da Universidade como expressão de uma forma de vida ideal e inspiradora para o conjunto da sociedade

Na frente contra reformistas conservadores como Karl Jaspers e Helmut Schelsky, Habermas levanta uma crítica referente à ideia de uma Universidade como força unificadora, o que ele considera estar baseado em uma *sociologia idealista*, alertando para a não exemplaridade da Universidade como uma forma de vida que possa permear a sociedade como um todo.

A Universidade é inicialmente chamada de subsistema funcionalmente específico de uma sociedade, altamente diferenciada. Habermas critica a capacidade funcional dessa instituição, dependente precisamente de um distanciamento entre as motivações dos seus membros e os objetivos e as funções da organização.

Teria a universidade que deixar, cair, como um invólucro vazio, nessa sua caminhada para a especialização funcional adentro de um sistema científico em diferenciação acelerada, aquilo a que em tempos chamara sua ideia? Ou será que a forma universitária dos processos de aprendizagem científica organizados depende, ainda hoje, de um feixe convergente de funções que não exige necessariamente um modelo dominante, mas, com certeza, uma certa comunhão na imagem que de si projetam os membros da universidade – que o mesmo é dizer um resto de consciência corporativa? (1993b, p. 114).

Habermas considera que o *feixe convergente de funções* é o que enraíza a Universidade no *mundo da vida*. Entretanto, ele questiona as condições artificiais com que os “movimentos” gerais da socialização, da transmissão de saberes e da formação da vontade de integração social são tratados na Universidade e que, demasiadamente, reduzem os processos de ensino-aprendizagem em programas de obtenção de conhecimentos objetivos.

Referindo-se ao modelo humboldtiano, Habermas questiona a simplificação excessiva entre os processos de aprendizagem científica e as formas de vida das sociedades modernas, sugerindo a necessidade de diferenciação entre a ciência e as formas de vida da sociedade moderna.

A unidade das ciências precisa, em primeiro lugar, de diferenciação por causa da distinção interna entre filosofia e as ciências empíricas, que se avolumou desde os meados do século XIX, e em que a filosofia perdeu seu monopólio na interpretação do todo cultural. Em segundo lugar, essa unidade deve ser diferenciada porque a ciência se transformou em uma força produtiva da sociedade industrial, especialmente as ciências naturais que têm sido reduzidas a uma função técnica-operacional, afastando-se sempre

mais de uma visão ampliada, histórica e culturalmente construída, ou seja, isolando-se sempre mais do *mundo da vida*, logo, da “validez social” e enveredando pelo caminho da “artificialização”.

Para Habermas, porém, a Ciência ainda é uma atividade do *mundo comum* por depender sempre da linguagem e fluir enquanto atividade comunicativa. Afirma ele que a atividade de busca cooperativa da verdade “nor-teia” uma argumentação pública, o que inviabiliza a “artificialização” completa do conhecimento.

Ainda se referindo ao modelo humboldtiano de Universidade, Habermas questiona os três processos idealizados em relação à institucionalização das ciências, quais sejam: “a unidade de ensino e investigação, a unidade da ciência e da cultura geral e a unidade da ciência com o esclarecimento crítico” (1993b, p. 117).

Habermas vê a necessidade de diferenciação dessas *unidades* em vista do desenvolvimento moderno: em primeiro lugar, a unidade da investigação e do ensino precisa de diferenciação devido a um mercado de trabalho diferenciado que exige funcionários altamente qualificados; em segundo lugar, a unidade da ciência com a cultura geral precisa de diferenciação porque a estrutura institucional foi construída em funções burocráticas especializadas e não na educação geral; em terceiro lugar, a unidade da ciência com o esclarecimento precisa de diferenciação por causa da diferenciação social entre as elites academicamente “capacitadas” e a educação popular. Ainda sobre *a unidade da ciência com o esclarecimento crítico* assevera Habermas:

O certo é que desde o princípio não ficou claro como iria conciliar-se a missão crítico-emancipatória com a abstinência política, que era afinal o preço que a universidade tinha de pagar pela organização estatal da sua liberdade. Estes pressupostos institucionais para a implementação da ideia fundadora da universidade alemã, ou nunca estiveram verdadeiramente presentes, ou se revelaram, ao longo do século XIX, cada vez menos concretizáveis na prática. (1993b, p. 119)

Isto posto, Habermas acaba se filiando às considerações - menos idealistas - de Schelsky, que propõe substituir a Filosofia por uma Teoria das Ciências, de autorreflexão científica capaz de fazer as conexões com o *mundo da vida*, com a cultura como um todo, com os processos gerais de socialização, com a continuação das tradições e o esclarecimento político da esfera pública e não apenas voltado para a aplicação de dados científicos:

Eu tinha, como Schelsky, a esperança de que, a este nível de autorreflexão crítico-científica, se pudesse clarificar, a partir de si próprias, as relações dos processos de investigação com o mundo da vida - e não apenas as relações os processos de aplicação prática de informação científica, mas sobretudo as relações com a totalidade cultural, como os processos gerais de socialização, a continuidade das tradições e o esclarecimento político do espaço público (1993b, p. 123).

Para Habermas, as Universidades ainda estão enraizadas no *mundo da vida* através do agrupamento de suas diferentes funções sob um mesmo teto. Trata-se da consciência de que numa mesma instituição, a Universidade no aqui e agora, o processo de aquisição do conhecimento científico está entrelaçado não só com o desenvolvimento técnico e a preparação profissional dos acadêmicos, mas também, com educação geral, a transmissão da cultura e o esclarecimento público e cooperativo, nutrindo a esfera política-intersubjetiva.

Diversas funções são assumidas por diferentes grupos de pessoas em diferentes lugares institucionais e com diversos pesos relativos. A consciência corporativa dilui-se assim na consciência intersubjetivamente partilhada de que uns fazem coisas diferentes dos outros, mas que, todos juntos, fazem de uma forma ou de outra forma trabalho científico, preenchendo não uma função, mas um feixe de funções convergentes (1993b, p. 127).

Embora o conhecimento científico e os processos de aprendizagem acadêmica tornarem-se fortemente especializados, para Habermas eles ainda estão conectados e dependentes das *ações comunicativas* “entre as pessoas” e/ou, entre diferentes gerações, formando um ambiente diferenciado e internamente complexo, que inclui a preparação de futuros cientistas, a capacitação para as profissões, a participação em processos de educação geral e a compreensão e formação da consciência coletiva e da vontade política dos acadêmicos que, antes de serem acadêmicos são cidadãos do/no *mundo comum*.

Habermas faz uma virada significativa, fazendo da *linguagem* a “via” que mantém, também, a ideia de universidade sempre viva, mesmo em uma sociedade altamente diferenciada. É a *ação comunicativa* que fundamenta e nutre a intersubjetividade e o entendimento dentro do mundo diferenciado que existe na Universidade.

Ele acredita, firmemente, que somente quando toda comunidade acadêmica reconhecer os potenciais duradouros das formas *comunicativas* vivas dentro das suas estruturas, práticas e processos, podem-se realizar suas várias funções em conjunto e suportar os desafios dos tempos modernos. Assim, Habermas, em seu artigo, remete a um texto de Schleiermacher que diz:

O princípio primeiro de todo o esforço voltado para o conhecimento é o da comunicação; e, dada a impossibilidade de produzir seja o que for, ainda que só para nós próprios, sem linguagem; a própria natureza formulou de forma inequívoca esse princípio. Por isso se terão de constituir a partir de puro impulso de conhecimento todas as relações necessárias para a sua realização funcional, e as diversas formas de comunicação e de interação entre as várias atividades (Schleiermacher *apud* Habermas, 1993b, p. 128).

Na sequência, Habermas diz textualmente que “[...] são as formas comunicativas da argumentação científica que afinal permitem dar coesão e unidade aos processos de aprendizagem universitária nas suas diversas funções” (p. 128-129). Segue afirmando que os “[...] processos de aprendizagem inserem-se inevitavelmente numa comunidade comunicativa e pública dos investigadores” (p. 129). Já com relação às disciplinas científicas indica o seu caráter muito específico: “As disciplinas científicas constituíram-se em espaços públicos internos a cada uma delas, e só adentro destas estruturas elas poderão manter a sua vitalidade” (p. 129). Conclui reconhecendo que os espaços de aprendizagem, mesmo que distintos daqueles que configuram as comunidades científicas, “[...] participam de forma marcante daquela racionalidade comunicativa através de cujas formas as sociedades modernas – isto é, não cristalizadas e libertas de modelos dominantes – terão de ganhar consciência de si próprias” (p. 130).

Remetendo, ainda, a uma afirmação de Schleiermacher, de que “é uma ilusão oca pensar-se que um indivíduo que se dedica à atividade científica pode viver isolado com o seu trabalho e os seus projetos”, Habermas acrescenta:

Por mais que pareça que ele trabalha isolado na biblioteca, na secretaria ou no laboratório, os seus processos de aprendizagem inserem-se inevitavelmente numa comunidade comunicativa e pública de investigadores. Como o projeto de cooperação na procura da verdade remete para estas estruturas de uma argumentação pública, a verdade [...] nunca se poderá transformar num mero fator de comando de um subsistema autorregulado (1993b, p. 129).

Assim como Popper (1978) deixa claro que toda descoberta científica precisa ser aberta à crítica,⁷ o que ocorre pela via da linguagem e da argumentação, Habermas, mais ainda, insiste nesta vital necessidade das ciências, ou melhor, que o princípio de todo conhecimento é o da comunicação, e que é na “mesa comum” da argumentação e dos processos consensuados que a vitalidade das ciências se alimenta.

Finalizando seu texto, ou melhor, sua conferência, ao descrever a estrutura da *comunidade comunicativa ideal da universidade*, Habermas cita, ainda, como exemplo, a forma discursiva do *seminário*, onde a relação professor-aluno se torna completamente diferente. Através da estrutura cooperativa, tanto o professor como os alunos aprendem interagindo com as ciências. Em um *seminário* os alunos não se tornam apenas receptores passivos de conhecimentos, mas tornam-se participantes e responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem. E acrescenta:

Mesmo fora da universidade, os processos universitários de aprendizagem mantêm algo de sua forma universitária original. Todos eles vivem da força estimulante e produtiva de uma disputa discursiva que traz consigo a nota promissória do argumento surpreendente. As portas estão abertas, a cada momento pode surgir um novo rosto e uma ideia inesperada (1993b, p. 129).

Entretanto, Habermas ainda deixou claro que, lamentavelmente, o conteúdo igualitário e universalista das formas de argumentação é exemplar apenas na atividade científica, não podendo ser citado como exemplar no todo social.

Enfim, podemos concluir que Habermas, após uma abordagem crítica e mais realista do que idealista, deposita suas esperanças em relação à vitalidade da Universidade e das ciências nas *ações comunicativas*, ações por excelência argumentativas nesta instituição, entretanto, sempre situadas no *mundo da vida*. Ações

7 Popper também reforça a importância da exposição à crítica interpessoal, das descobertas e teorias científicas, que podem ser formuladas linguisticamente. Para ele, isto significa abertura à crítica e à investigação, o que pode nos livrar de uma teoria mal ajustada, evitando assim que a adoção da teoria nos torne incapazes de sobreviver; ao criticar nossas teorias podemos deixá-las morrer em nosso lugar. Ele ainda reforça que a linguagem humana potencializa a imaginação criativa, que, por isto, requer algum tipo de controle, desempenhado na ciência pela crítica interpessoal – a amistosa cooperação hostil entre os cientistas que é baseada, parte na competição e parte no objetivo comum de lugar perto da verdade: “É lógico que o cientista individual pode desejar estabelecer sua teoria ao invés de refutá-la [...] Além disso, se ele próprio não examinar criticamente sua teoria favorita, outros o farão por ele. Os únicos resultados que serão por eles considerados como sustentadores da teoria serão os fracassos das tentativas interessantes para refutá-la; fracassos em encontrar contraexemplos onde tais contraexemplos seriam mais esperados, à luz da melhor das teorias concorrentes” (1978, p. 59-60).

que fazem a “cultura humana” pulsar e fluir, nutrindo as novas gerações. Cultura que se reencarna e, ao mesmo tempo, é “infraestrutura” de sustento – já validada histórica e coletivamente – para a vida universitária.

A Universidade e a Ciência: desdobramentos a partir da *Ideia de Universidade de Jürgen Habermas*

Em suas incursões teóricas e também atitudes práticas, Habermas sempre se posicionou em defesa do humano em sociedade, do *mundo comum*, do *mundo da vida* em constante movimento e reconstrução, o que, por sua vez, requer, inevitavelmente, cooperação “entre” os partícipes deste mundo. Mas ele também sempre considerou o indivíduo como sujeito e ator de sua própria história. História que é constituída coletivamente e vivida em sociedade e não isoladamente, ao mesmo tempo em que também constitui a própria sociedade e o seu bem comum.

O que nós necessitamos é de um pouco mais de práticas solidárias; sem isso, o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem consequências. No entanto, tais práticas necessitam de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim, elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum (Habermas, 1993a, p.94).

Cabe aqui recuperar uma crítica de Habermas, tecida no livro *Teoria e Práxis* referente aos formandos superiores: “falta a capacidade para dirigir os homens e tratar dos homens, falta-lhes o sentido para as relações inter-humanas, eles perderam de vista a totalidade dos homens” (2013b, p.547). O que está sendo pautado é, por óbvio, o sentido da educação institucionalizada, ou melhor, a perspectiva de, com base em seu agir, fomentar a formação de atores sociais – sujeitos emancipados e coletivos – preocupados com o *bem comum* e não apenas com o êxito pessoal e a utilidade. Questão que, incontestavelmente, é fundamentável a partir do *paradigma da linguagem*, isto é, de “processos comunicativos” acordados/consensuados cooperativamente, a fim de oportunizar a participação efetiva de todos os afetados na construção e coordenação de ações potencializadoras e revitalizadoras do *mundo comum* que, por sua vez, inclui o “mundo científico”.

Para Habermas (2012b, p.118), os *atos comunicativos*, sob o aspecto do entendimento servem à tradição e à renovação de saber cultural; sob o aspecto de

coordenação da ação servem à ação social e ao estabelecimento de solidariedade; e, sob o ponto de vista da socialização servem para formação de estruturas de personalidade. A estes movimentos *interhominis* de reprodução cultural, de integração social e de socialização correspondem -como componentes estruturais do *mundo da vida* - a cultura, a sociedade e a personalidade, e são estes movimentos e componentes estruturais que a Universidade (e a Ciência) pode e precisa nutrir.

Para além do estreitamento provocado pela *razão instrumental*, a *razão comunicativa* abarca a complexidade que circula, continuamente, pela academia e pelas ciências, permeada por uma teia de relacionamentos entre sujeitos, diferentes funções, diversas ciências, inúmeras intenções e infinitos sonhos. Esta vida universitária requer não apenas uma racionalidade mais ampla - especialmente dos sujeitos envolvidos diretamente com a educação institucionalizada - mas, também, a coordenação de ações cooperativas desta comunidade comunicativa de conhecimento/ciências que é a Universidade, enraizada no *mundo da vida*.

Para Habermas, o indivíduo jamais é um ser solitário, pois já é concebido pela relação “entre pessoas” e seguirá vivendo, comunicando-se, agindo e interagindo, uma vez que é no coletivo que ele se constitui como ser de aprendizagem. Imbuída deste sentido ampliado – de uma *racionalidade comunicativa*– a Universidade poderá ultrapassar o sentido teleológico-mercadológico, indo muito além da capacitação, meramente técnica e instrumental, agindo em direção à formação do ator (sujeito) social (coletivo), de processos de socialização de conhecimento e de produção cooperativa das ciências. Enfim, o fluxo do conhecimento e das ciências só pulsa no sujeito aberto e exposto ao outro, aberto aos processos comunicativos *interhominis*.

Assim, nutrida ininterruptamente pela comunicação “entre as pessoas”, entende-se o agir da Universidade e o fazer da Ciência ao modo de processos intersubjetivos-comunicativos, enraizados no *mundo da vida*. Isto não só pelo fato de ocorrer entre vários sujeitos – como o docente, o acadêmico, a própria instituição de ensino e com os “legados de saberes” – mas, também, pelo fato de os “movimentos” de ensino-aprendizagem, assim como todas as ciências, sempre estarem inseridas num mundo humano, coletivo e historicamente construído e em pleno movimento social-orgânico.

A Universidade é este espaço e momento de implicações sociais, um campo do entendimento e da deliberação em prol do legado humano-cultural; ela pode e precisa

estreitar laços com o mundo da vida, superando as limitações de uma compreensão que a deixa refém do *sistema* e da *razão funcionalista* que visam, fortemente, o uso das pessoas para *fins* de produção para o “capital”.

Impossível não lembrar, neste aspecto, uma certa face da Universidade rigidamente voltada para a capacitação técnico-profissionalizante, isto é, para o “mercado de trabalho”, gerando a burocratização e até a fragmentação, especialização e isolamento das ciências, no intuito de aperfeiçoar e otimizar a instrumentalização dos “recursos humanos”, e evitar qualquer “desperdício” com a formação humana.

A responsabilização de todos, especialmente dos diretamente envolvidos com a “educação institucionalizada”, é fundamental para enfrentar a concepção reduzida/limitada de formação e recuperar o sentido perdido, qual seja, de uma cultura e Ciência vinculada à totalidade do *mundo da vida* e desvelar a *racionalidade comunicativa* que se faz “processo interativo” em permanente movimento, pulsando vida.

A razão baseada na relação “sujeito – objeto”, do *paradigma da consciência*, voltada, unicamente, para a observação e manipulação dos objetos, deixa de ser o parâmetro exclusivo das ciências. A nova referência será, de acordo com Habermas, uma *razão comunicativa*, baseada nas relações “sujeito – sujeito” como “fundamento” para sermos em sociedade, o que, por sua vez, atinge a educação institucionalizada⁸.

Com este outro/novo paradigma o acesso ao mundo dos fenômenos ou das coisas não se dá mais de forma direta pela consciência, mas de forma indireta através da interação entre falante e ouvinte (o que inclui as interações textuais/escritas). Assim, supera-se o dogma das essências e da verdade universal/absoluta acessível apenas aos “indivíduos iluminados”. As “verdades” passam a ser vistas pelo viés da provisoriedade e do consenso intersubjetivo e historicamente construído/validado.

Este outro/novo processo de construção das *verdades*, em termos de interação pedagógica na Universidade, implica num outro “sentido” de conhecimento e Ciência. Conforme Casagrande (2009, p.49) “compreende-se que o acesso ao mundo dos

8 Conforme Marques, isto implica num processo de aprendizagem diferenciado, pois este está inserido, inevitavelmente, numa comunidade comunicativa e pública, na qual os homens aprendem uns com os outros e dos outros, da mesma maneira como os conhecimentos por que se orientam especificam-se à medida que se inserem em espaços públicos internos a cada diferenciado campo de saber (MARQUES, 1996, p.29).

fenômenos ou das coisas não se dá mais de forma direta pela consciência, mas de forma indireta mediante as proposições linguísticas”, ou melhor, pelas interações linguísticas e, no caso da academia, interagindo intensamente com as tradições culturais de saberes⁹, evidenciando-se assim que o *paradigma da linguagem* sempre foi o lastro do conhecimento e das ciências.

Neste viés, também, convém interagirmos com a tese de Nadjia Hermann que, em seu escrito *Validade em Educação*, argumenta que a questão da *verdade* não está com o objeto, mas que é pela interação linguística que se torna possível chegar até a verdade, ou nos termos dela: “A pretensão de objetividade é típica da filosofia da consciência; por isso, Habermas não pretende relacionar verdade com objeto, mas a própria verdade é uma relação intersubjetiva ligada à linguagem” (1999, p.86).

Universidade e Ciência pulsam nos processos comunicativos, na busca e construção cooperativa da *verdade*, atribuindo validade social ao seu “ser”, agir e fazer. Dessa forma, ressignificam-se como *bem público*, num momento e espaço social fundamental na existência do “ser-sendo” dos acadêmicos e num processo interativo com as novas gerações. Processo que implicará na crítica, rejeição e/ou aprimoramento dos legados culturais de saberes.¹⁰

Configura-se, assim, a Universidade como espaço de desenvolvimento da *competência comunicativa*/da linguagem e que abriga um movimento vivo de argumentação e interação cultural-científica; de entendimento com os outros acerca dos conhecimentos, objetos, fatos e situações do *mundo objetivo, subjetivo e social*; de posicionamentos fundamentados argumentativamente na relação com o outro; de abertura aos legados científicos e às novas experiências; de *aprender a aprender* “sendo” no *mundo comum*; de reconhecimento dos próprios limites – inclusive das

9 Neste sentido, Marilena Chauí (2001, p.71) argumenta por um sentido audacioso da relação pedagógica na Universidade, qual seja, de considerar o diálogo em sala de aula não, exclusivamente, com o professor, mas, com o pensamento, ou melhor, os professores são mediadores do diálogo com o saber e a cultura corporificada em obras.

10 Para Marques (1996, p.36): “como nenhuma outra instituição, a universidade confere à pesquisa os necessários requisitos da validação / certificação social e da publicidade crítica [...] processo intersubjetivo em que o senso comum se torna ciência pela argumentação de uma comunidade de cientistas e a ciência se faz senso comum, reconvertida pela discussão pública dos resultados a que conduz”.

verdades provisórias – mas, também, do caráter processual/de movimento contínuo da cultura científica no *mundo comum* e não enclausurado em laboratórios e escritórios.

A Ciência e a Universidade validam-se como fluxo “entre nós” e não apenas “para algo”, transformando-se em vida social. Ambas precisam voltar a nutrir “a verdade” como processo de validade *interhominis*, movimento que sempre se dará no *mundo da vida*.

A “justificação” do *modus faciendi* da Universidade não está apenas na “formação” técnica e profissional, mas no cultivo da *racionalidade comunicativa* que, por ser intersubjetiva, levará a “processos entre as pessoas”, promovendo debates coletivos e cooperativos, fomentando uma visão crítica da realidade e ajudando a formar cidadãos políticos, comprometidos com o *mundo comum*, logo, com os problemas sociais contemporâneos, assim como com a construção de projetos cooperativos e solidários.

Aliás, a Ciência/o conhecimento científico é um *bem público* não só porque recebe recursos públicos e está previsto em lei, mas porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes e críticos, conhecimento produzido e disseminado) atingem/podem atingir, de uma forma ou de outra, não apenas toda a sociedade, como, inclusive, toda a vida no planeta.

Habermas é enfático ao afirmar que “[...] os pais, quando querem educar os seus filhos; as gerações novas, quando querem se apropriar do saber transmitido pelas gerações passadas; os indivíduos e os grupos, quando querem cooperar entre si, isto é, viver pacificamente com o mínimo de emprego de força, são obrigados a agir comunicativamente” (1993a, p.105). De forma similar, a Universidade é *ação comunicativa* fundamental na formação e na vida dos acadêmicos, constituindo-se num espaço de grande potencial e possibilidade para o desenvolvimento e a formação das múltiplas capacidades e dimensões do “sujeito-social”, sobretudo, no que se refere à competência comunicativo-interativa, com as tradições culturais e as comunidades de saberes, mas, também, com a sociedade como um todo.

Com base nos “sentidos” constituídos ao longo da história, na atual situação da Universidade e na teoria de Habermas, pode-se afirmar que a Ciência não se apresenta mais como exclusiva compreensão das *leis da natureza* e das *verdades absolutas*, mas requer também – e sempre requereu ao longo de toda história humana – a necessária

“validez social” que, por sua vez, é sempre um processo intersubjetivo, fundado na *racionalidade comunicativa*. Portanto, como já dito, os diversos saberes humanos – inclusive os científicos – não são apenas fruto de empenho subjetivo, em laboratórios e/ou escritórios, mas, também, de empenho intersubjetivo no *mundo da vida*, pois, segundo Habermas:

[...] quem participa de processos de comunicação ao dizer algo e ao compreender o que é dito - quer se trate de uma opinião que é relatada, uma constatação que é feita, de uma promessa ou ordem que é dada; quer se trate de intenções, desejos, sentimentos ou estados de ânimo que são expressos - tem sempre que assumir uma atitude performativa. [...] A atitude performativa permite uma orientação mútua por pretensões de validade (verdade, correção normativa, sinceridade) que o falante ergue na expectativa de uma tomada de posição por sim/não da parte do ouvinte. Essas pretensões desafiam a uma avaliação crítica, a fim de que o reconhecimento intersubjetivo de cada pretensão particular possa servir de fundamento a um consenso racionalmente motivado (2013a, p. 42).

A “validez dos conhecimentos” passa – e sempre passou ao longo da história – pelo crivo comunicativo-argumentativo dos participantes da discussão e disto resultou/resulta a cultura humana da ciência, traduzida em estruturas simbólicas¹¹, estruturas já acordadas/consensuadas argumentativa e intersubjetivamente, mas, também, passível de novos debates, especialmente, através da educação institucionalizada/da Universidade.

A tradição cultural precisa permitir-se uma relação reflexiva consigo mesma; precisa despir-se de seu dogmatismo a ponto de se poder pôr profundamente em questão as interpretações herdadas da tradição e de submetê-la a uma revisão crítica. Aí sim pode-se trabalhar sistematicamente com nexos de sentido internos e podem-se investigar interpretações alternativas de maneira metódica (Habermas, 2012a, p. 141).

A academia, neste sentido, precisa superar a concepção *positivista-dogmática* das ciências e investir mais na *racionalidade comunicativa*, tendo por fundamento a concepção de Ciência como processo-comunicativo-intersubjetivo; não apenas como uma inclusão física e presencial, mas efetiva e performativa dos sujeitos reais, capazes de falar e de agir no *mundo da vida*, o qual abarca o mundo da cultura/das ciências. Esta

11 Conforme Casagrande, “pela cultura o ser humano objetiva seu mundo e a si mesmo traduzindo-os em estruturas simbólicas. Disso resulta a condição humana de constituir-se num ser corpóreo, bio-orgânico e ao mesmo tempo, histórico, social e cultural” (2009, p. 123).

outra/nova concepção/linguagem, reconhece a história cooperativa do movimento intersubjetivo-social-cultural do conhecimento, e concebe a atualidade como processo de “reencarnação” e de constante revalidação das ciências através da sempre nova geração.

Destaque-se que a perspectiva habermasiana amplia as noções de conhecimento e de ciência, já não as restringindo ao campo das ciências positivas, empiricamente controlável, e que se orienta ao domínio cognitivo de alguma situação ou a algum tipo de intervenção instrumental ou estratégica. O campo do conhecimento legitimado se amplia para os diversos domínios do saber que se orientam pelo entendimento compartilhado, ou seja, que constroem a sua validade com base em bons argumentos no âmbito de uma comunidade de saber.

A certificação em espaços de entendimento intersubjetivo é o que confere, por sua vez, o caráter distintivo dos modos de agir da Universidade e do fazer da Ciência. De outra parte, não há lugar nesse âmbito para qualquer tipo de conhecimento que fosse depender de mera adesão, de algum tipo de ato de fé que devesse ser feito e que, por isso, não se submetesse ao crivo da discutibilidade crítica.

Na perspectiva da *racionalidade comunicativa* como processo intersubjetivo-vivo convém perguntar-se também a respeito da constituição histórica e social das linguagens constituidoras dos “sentidos” da Ciência e da Universidade, tendo em vista entender, organizar e promover as interações pedagógicas não como algo desconectado do *mundo da vida*, mas como partes de um processo coletivo e em movimento na história e no aqui e agora, com esta geração/estes acadêmicos, que estão interagindo com os legados culturais e “sendo” neste *mundo comum* - o qual requer posicionamentos responsáveis - e é nessa direção que a teoria do *agir comunicativo* aponta:

Os participantes precisam criar suas formas de vida integradas socialmente reconhecendo-se reciprocamente como sujeitos capazes de agir autonomamente e, além disso, como sujeitos que são responsáveis pela continuidade de sua vida assumida de maneira responsável (Habermas, 1990, p. 233).

O agir comunicativo-pedagógico da Universidade implica, também, na formação de acadêmicos com uma maior sensibilidade social, através do desenvolvimento de uma

consciência coletiva acerca das diferentes dimensões da vida humana em sociedade, instigando o envolvimento e a participação em ações que contribuam para a sua qualificação. Isso requer, por sua vez, a ampliação da correspondência entre a pesquisa e as demandas da sociedade e de seus indivíduos para poder dialogar/lidar competentemente com os mais variados e complexos problemas (aquecimento global, ecossistemas, genoma humano, tecnologias, pandemias, por exemplo) que requerem atenção em sua dimensão científico-cognitiva, mas também, em sua dimensão político-social e prática, assim como na dimensão pessoal-afetiva.

Bem sabemos que muitos governos, muitos empresários e corporações globais - os "novos senhores do mundo" - imbuídos nos seus valores da produtividade, competitividade e qualidade, têm interpretações particulares sobre a moral, a democracia e a justiça, assim como sobre a educação institucionalizada, sobre o saber, sobre a Universidade e sua função na contemporaneidade da informática, da cibernética, da transgenia, da inteligência artificial, da globalização econômica. Aliás, convém enfatizar que estas demandas são sociais, entretanto, é pelo crivo da "discutibilidade" que elas se legitimam socialmente, ou melhor, é pela comunicação "entre nós" que lhes atribuímos a condição humano-social, condição de não se estabelecer uma racionalidade instrumental colonizadora.

Sabemos, também, que a Universidade se encontra neste contexto socioeconômico, e ela não pode agir ignorando-o, e nem ignorando a sociedade que a justificou/justifica e mantém, ou, agir em benefício apenas de alguns parceiros, sabendo que todas as pessoas contribuem, direta ou indiretamente, para sua existência, justificação e manutenção. As parcerias certamente são importantes, necessárias e até inevitáveis, mas é preciso pensar como ampliar isto também e fazer com que haja recursos e espaço para o desenvolvimento da pesquisa livre e desinteressada, tornando-a um saber acessível à sociedade como um todo, desenvolvendo e nutrindo projetos que não tenham, por fim, apenas a instrumentalização e o lucro.

Considerando o caminho percorrido até aqui, esclarecemos, ainda, que o que acabamos de propor consiste num sonho e numa utopia ousada, um tanto quanto distantes. Entretanto, não podemos renunciar aos ideais, à utopia e ao sonho de vivermos num mundo melhor para todos, e claro, com uma Universidade e Ciência também validadas "entre" e para todos os cidadãos. Estando diretamente envolvidos

com o mundo acadêmico, não temos o direito de nos deixar abater pela crise e pela sua “colonização” em andamento. Não podemos desanimar frente a tantas críticas direcionadas à Universidade e à cultura científica, mas fazer delas uma oportunidade para o diálogo/a comunicação construtiva, nutrindo mudanças cooperativamente.

Considerações finais

Buscamos evidenciar que a Ciência e a Universidade também se justificam e revitalizam socialmente na medida em que buscam potencializar o seu *modus faciendi* a partir da *racionalidade comunicativa*, ou melhor, nutrindo processos intersubjetivos/cooperativos na busca de “entendimentos qualificados” a respeito do *mundo da vida* (mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo/personalidade) indo muito além - não no sentido de descartar, mas de ampliar - do agir estreito fomentado pela racionalidade funcionalista e pela razão instrumental.

Desta forma, na busca do avanço paradigmático, a Universidade encontra na *racionalidade comunicativa* de Habermas um “caminho” promissor, digno de uma discussão pública. Racionalidade esta que fomenta uma interação pedagógica com a realidade e atualidade do mundo, provocando, como consequência desta tomada de consciência, a inquietação necessária para avançar em direção a um paradigma revitalizador do conhecimento/das ciências e do “sentido” de toda educação institucionalizada.

A Universidade se torna orgânica/vida na medida em que alimenta o entendimento e os consensos a respeito dos processos interativo-comunicativos que nela, diariamente, pulsam. Não só a respeito dos processos administrativo-burocráticos, mas também, dos processos pedagógico-humanos que nutrem criticamente – revitalizando ou não – as tradições culturais dos saberes que foram histórica e coletivamente constituídos. Mesmo que a educação institucionalizada e as interações pedagógicas não sejam algo natural, mas algo planejado, ainda assim há vida fluindo, vida que se dá pela via comunicativa.

Habermas evoca uma “razão social”, de consciência coletiva, segundo a qual, a comunicação pode seguir livre de coações, em processos interativos, o que, por sua vez, consiste na própria validade do processo. Essa perspectiva pressupõe que os sujeitos acadêmicos, envolvidos no movimento interativo-comunicativo, possam fazer os

conhecimentos/as ciências tocar a realidade do “humano sendo humanidade”, ou melhor, que os cidadãos acadêmicos coloquem seus pés no chão do *mundo da vida* - aqui e agora.

Convém deixar claro, novamente, que não queremos – nem podemos – descartar a razão instrumental-funcionalista, mas considerá-la como um dos componentes estruturais do mundo da vida (cultura, sociedade, sujeitos), estrutura viva, nutrida pelos/nos movimentos/processos entre as pessoas, intersubjetivos/comunicativos, ou, ainda, estrutura viva que nutre a própria validação social da Universidade, refundando-a como lugar – por excelência – de reuniões, comunhões e de ações comunicativas “qualificadas”, nas e pelas quais toda a sociedade pode se pensar e sair nutrida solidariamente.

Referências

- Adorno, Theodor W; Horkheimer, Max. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Bouffleuer, José Pedro. (2001). *Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas*. 3.ed. Ijuí: Unijuí.
- Casagrande, Cledes Antonio. (2009). *Educação, Intersubjetividade e aprendizagem em Habermas*. Ijuí: Unijuí.
- Chauí, Marilena de Souza. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed UNESPE.
- Habermas, Jürgen. (1990). *Pensamento Pós-metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (1993a). *Passado como Futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (1993b). *A Ideia da Universidade: Processos de Aprendizagem*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.74, n. 176, p. 111 -130, jan./abr.
- Habermas, Jürgen. (1996). *Racionalidade e Comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, Jürgen. (1999). *Comentários à Ética do Discurso*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Habermas, Jürgen. (2001). *Textos e Contextos*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Habermas, Jürgen. (2012a). *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Habermas, Jürgen. (2012b). *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

- Habermas, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. (2013^a). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen. (2013b). *Teoria e Práxis*, trad. Rúrion Melo, São Paulo: Editora Unesp.
- Marques, Mario Osorio. (1996). *Pedagogia: a ciência do educador*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Habermas, Jürgen. (2000). *A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Prestes, Nadja Hermann. (1999). *Validade em educação: intuições e problemas na recepção de Habermas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Popper, Karl. (1978). *A Lógica das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Recebido: 30/06/2020

Aceito: 18/08/2020

Publicado: 17/12/2021

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.